

Serviços Sociais

Despacho n.º 12 540/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 2005 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Sandra Isabel Pires da Silva, assistente administrativa principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros — nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, técnica superior estagiária do mesmo quadro de pessoal, pelo período de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2005. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 362/2005. — 1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 83/2001, de 9 de Março, é exonerada a seu pedido a licenciada Ana Maria Pereira Vaz do cargo de secretária-geral do Ministério da Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005.

20 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho conjunto n.º 363/2005. — 1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, é exonerado a seu pedido o juiz de direito Pedro Maria Cardoso Gonçalves Mourão do cargo de director-geral da Administração da Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005.

20 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho conjunto n.º 364/2005. — 1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 129/2001, de 18 de Abril, é exonerada a seu pedido a licenciada Maria Manuela Aguiar Neves de Azevedo Avelar do cargo de presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005.

20 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho conjunto n.º 365/2005. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 129/2001, de 18 de Abril, é nomeado presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho, o mestre Pedro Duarte Silva, técnico economista de 1.ª classe da Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

23 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO

Nome — Pedro Duarte Silva.
Nascido em 28 de Junho de 1970 em Lourenço Marques.
Curriculum académico:

1993 — licenciado em Economia, no Instituto Superior de Economia e Gestão;

1998 — parte escolar do 1.º curso de mestrado em Teoria e Ciência Política, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa;

2000 — mestre em Economia Monetária e Financeira, no Instituto Superior de Economia e Gestão.

Curriculum profissional:

1994-2000 — técnico economista na Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças;

1994-2001 — formador no curso geral bancário do Instituto de Formação Bancária;

1997-1998 — colaborador da Comissão do Livro Branco para a Segurança Social;

2000-2001 — adjunto económico do Primeiro-Ministro;

2001-2002 — assessor do Secretário de Estado do Orçamento;

2002 — vogal da comissão de fiscalização do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social;

2002 — técnico economista na Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças;

2003 — investigador do Observatório para a Imigração;

2004 — membro do Ageing Working Group da União Europeia;

2004 — consultor da OCDE (Portuguese Desk);

2004 — membro do Conselho Nacional da Segurança Social.

Publicações:

«Perspectivas financeiras da segurança social em Portugal», *Documento de Trabalho n.º 2*, DGEP, Ministério das Finanças, 1997;

Livro Branco da Segurança Social (participação), 1997;

«Segurança social e finanças públicas: uma projecção até 2010», trabalhos preparatórios do *Livro Branco da Segurança Social*;

«Perspectivas financeiras da segurança social em Portugal», publicado em *Economia*, vol. xxii, Janeiro/Maio/Outubro 1999;

OECD Economic Surveys — Portugal (participação), OECD, 2004;

«Quatro medidas para a segurança social» (em co-autoria), *Documento de Trabalho n.º 35*, DGEP, Ministério das Finanças, 2005;

A Protecção Social da População Imigrante — Quadro Legal, Estudo Comparado e Proposta de Reforço, Observatório da Imigração, 2005;

O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa — Um Estudo para a Rede de Migração Europeia — O Caso de Portugal (em co-autoria), no prelo;

O Impacto da Imigração nas Contas do Estado — 2002 (em co-autoria), Observatório da Imigração, no prelo.

Despacho conjunto n.º 366/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 156/2001, de 11 de Maio, são nomeadas para o conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho, as seguintes individualidades:

a) Presidente — Prof. Doutor António José Morais;

b) Vogais — licenciados Mário José da Cruz Paulino e Feliciano Pereira Martins.

23 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO I

Curriculum vitae

Nome — António José Morais.

Naturalidade — Porto.

Data de nascimento — 25 de Julho de 1953.

Formação académica e técnica:

Licenciado em Engenharia Civil, na opção de Estruturas, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1978, com a classificação de 16 valores;

Mestre em Mecânica dos Solos e Fundações, pela Universidade Nova de Lisboa, em 1985, com a classificação máxima de *Muito bom*;

Doutor em Estruturas, com distinção e louvor, por unanimidade do júri, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, em 1995;

Curso «Gestão e finanças para executivos», programa DISLOG, da Universidade Católica, no ano lectivo de 1999-2000.

Actividade profissional:

Professor associado na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa desde Agosto de 2000;
De 16 de Março de 1996 a 7 de Junho de 2002 desempenhou as funções de director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna; Iniciou a carreira profissional no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 1978;
Paralelamente à carreira académica na universidade desenvolveu actividade de projectista e consultor em diversas empresas, designadamente BRISA, HIDROPROJECTO, TECNOPUL e ENARCO, tendo participado na realização de centenas de projectos no campo da engenharia civil.

ANEXO II

Curriculum vitae

Mário José da Cruz Paulino, nascido em 17 de Maio de 1970, em Lisboa.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no ISCTE, em 1993, com média de 16 valores;
Mestrado em Ciências Empresariais, especialização em Finanças Empresariais, ministrado no INDEG/ISCTE — concluída a parte lectiva com média de 17 valores.

Experiência profissional:

Desde Outubro 2003 — director do Departamento de Políticas e Procedimentos de Crédito do Banco Santander Totta, sendo responsável pela definição dos critérios de risco para os produtos de crédito, assim como pelo desenvolvimento e gestão dos sistemas de *scoring* operativos;
De Janeiro 2002 a Setembro 2003 — director da Unidade de Análise de Empresas da Região Sul do Grupo Totta, sendo responsável pela admissão dos processos de crédito a empresas provenientes das redes comerciais do Banco Santander Portugal, Totta, CPP e SCH-Crédito Especializado;
De Junho 2001 a Dezembro 2001 — responsável pela Direcção de Admissão (de crédito) do Banco Santander Portugal;
De Janeiro 1999 a Maio 2001 — responsável pelo Núcleo de Análise de Risco de Crédito da Região Norte no Banco Santander Portugal, Direcção-Geral de Risco, assim como pelo acompanhamento dos processos de crédito à construção de todo o País;
De Setembro 1995 a Dezembro 1998 — analista de risco de crédito no Banco Nacional Ultramarino, Departamento Central de Riscos Comerciais;
1996-1997 — formador no CEMAF/INDEG/ISCTE, de módulos de Análise e Gestão do Risco de Crédito e de Mercados de Futuros e Opções;
1993-1994 — auditor financeiro ao serviço da Arthur Andersen, S. A.

Cursos/seminários/conferências:

Curso «Modelização de riscos na banca — O novo Acordo de Basileia», ministrado pelo ISGB (Instituto Superior de Gestão Bancária);
Curso «Auditoria e normas técnicas internacionais», ministrado pela Arthur Andersen & Co., SC;
«Investigação empírica em contabilidade» — Professor Jorge Tua (Universidad Autonoma de Madrid);
«Análise das contas anuais: uma perspectiva europeia» — Professor Leandro Caflibano (Universidad Autonoma de Madrid);
«Novas tendências na contabilidade de gestão» — Prof. Jesus Lizcano (Universidad Autonoma de Madrid);
«O resultado contabilístico: análise crítica da medição do resultado empresarial» — Prof. José Luis Cea (Universidad Autonoma de Madrid);
«Sistemas de apoio à decisão» — Professora Maria José Trigueiros (ISCTE);
«Fusões e aquisições: os aspectos contabilísticos e fiscais» — Prof. Azevedo Rodrigues, Dr. Brás Carlos e Prof. Caldeira Menezes (ISCTE).

ANEXO III

Curriculum vitae

Nome — Feliciano Pereira Martins.
Data de nascimento — 8 de Setembro de 1954.
Naturalidade — Reigada, Figueira de Castelo Rodrigo.

Habilitações literárias — licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, no ano de 1985, com a média de 14 valores.
Formação complementar — cursos de direito aduaneiro ministrados ou tutelados pela Direcção-Geral das Alfândegas.

Função actual:

Chefe da Divisão de Contencioso da Direcção Regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa em Agosto de 2004;
Docente universitário na Faculdade de Direito de Lisboa de 1985 a 1993, tendo leccionado as cadeiras de Direito Fiscal, Direitos Reais e Direito Processual Civil;
Na Universidade Autónoma Luís de Camões, onde leccionou as cadeiras de Direito Processual Civil;
Na Universidade Moderna, onde lecciona as cadeiras de Direito Processual Civil I e II;
Docente do curso de pós-graduação do ISEG em Direito Aduaneiro.

Outros cargos ou funções:

Formador da Direcção-Geral das Alfândegas, nas áreas de garantias do contribuinte, Código do Procedimento Administrativo; Advogado desde 1994;
Vogal do conselho directivo do IGAPHE, no ano de 1997; Gestor do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa, desde 1997 até Março de 2002;
Vereador na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo desde 2001.

Obras publicadas:

Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil, edição da AAFDL;
Os Despachantes Oficiais, Rei dos Livros;
Mercado Interno e a Circulação de Mercadorias na Comunidade, edição Veja.

Despacho conjunto n.º 367/2005. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março, e obtida a autorização do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, é nomeada directora-geral da Administração da Justiça, em comissão de serviço, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho, a juíza de direito Helena Maria Mesquita Ribeiro, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

23 de Maio de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO

Nome — Helena Maria Mesquita Ribeiro.
Filiação — Maria Emília Mesquita Ferraz Ribeiro e António Ribeiro.
Data nascimento — 30 de Outubro de 1967.
Estado civil — casada.
Naturalidade — Angola.
Nationalidade — portuguesa.
Bilhete de identidade n.º 9976151, emitido em 26 de Novembro de 1999, pelo arquivo de identificação de Lisboa.
Contribuinte fiscal n.º 206904088.
Residência: Boavista, Oliveira, 4605-204 Vila Meã.
Habilitações literárias — licenciatura em Direito, com a média final de 15 valores, obtida em 1 de Agosto de 1991, na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito do Porto.
Setembro de 1991 a Julho de 1992 — leccionação de Direito Fiscal, Direito do Trabalho e Direito Comercial no Instituto Nuno Álvares Pereira, em Caldas, Famalicão.
3 de Janeiro de 1994 — ingresso na Câmara Municipal de Lousada como técnica superior jurista, assegurando também o necessário apoio jurídico à Associação de Municípios do Vale do Sousa.
28 de Janeiro de 1998 — nomeada chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Lousada.
14 de Abril de 1998 — nomeada chefe de divisão de Assuntos Administrativos da Câmara Municipal de Penafiel, em regime de substituição.

2 de Março de 1999 — nomeada directora do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Penafiel.

25 de Outubro de 1999 a Abril de 2002 — deputada da Assembleia da República, tendo sido membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão do Equipamento e Obras Públicas.

7 de Janeiro de 2003 — ingresso no Centro de Estudos Judiciários, como auditora de justiça.